

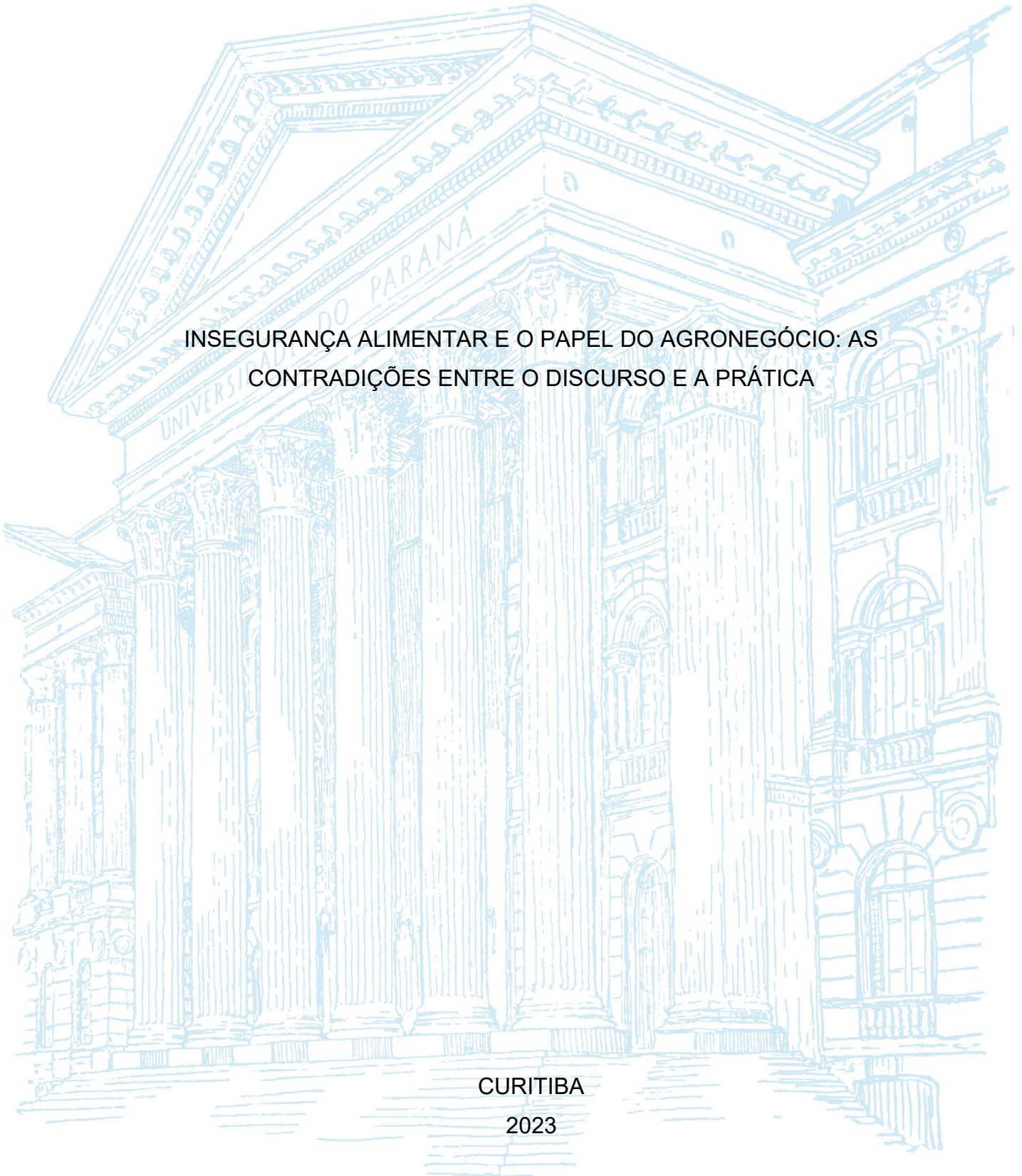
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA CAVALHEIRO QUINALHA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E O PAPEL DO AGRONEGÓCIO: AS
CONTRADIÇÕES ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

CURITIBA

2023



CAMILA CAVALHEIRO QUINALHA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E O PAPEL DO AGRONEGÓCIO: AS
CONTRADIÇÕES ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Wellington da Silva Pereira

CURITIBA

2023

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo discutir a contradição entre o crescimento da insegurança alimentar no Brasil e o concomitante aumento do desempenho do setor do agronegócio através da elevação das exportações de *commodities*, considerando a desaceleração econômica e a desvalorização da taxa de câmbio no contexto da pandemia de Covid-19 que se iniciou em 2020. Tal objetivo foi alcançado através de uma vasta revisão de literatura a respeito da evolução das políticas de combate à insegurança alimentar, principalmente a partir dos anos 2000, e da evolução dos preços das *commodities*, influenciada pela financeirização do setor agrícola. Ao final foi possível concluir que a narrativa de que o agronegócio é responsável por alimentar as famílias brasileiras não se sustenta na prática, tendo em vista a tendência do setor à exportação no referido contexto e o encarecimento dos preços internos, que impede o acesso destas famílias aos alimentos. Em contrapartida, observou-se que a agricultura familiar desempenha um importante papel no fornecimento de alimentos para a população, produzindo parte considerável dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros. Também foi possível concluir que a importância do agronegócio para a economia brasileira, aliada à sua influência política consegue desestimular a propositura de políticas que não lhe favoreçam. Apesar da grande demanda por parte da sociedade, houve pouca mobilização do governo do ex-presidente, Jair Bolsonaro (PL), para promover ações efetivas no enfrentamento do agravo da questão alimentar no país.

Palavras-chave: Insegurança alimentar. Agronegócio. Covid-19. Financeirização. *Commodities*.

ABSTRACT

The present work aimed to discuss the contradiction between the growth of food insecurity in Brazil and the increase in the performance of the agricultural sector through the increase in commodity exports, considering the economic slowdown and the devaluation of the exchange rate in the context of the coronavirus pandemic that started in 2020. This objective was achieved through a vast review of the literature regarding the evolution of policies to combat food insecurity, especially since the 2000s, and the evolution of commodity prices influenced by the financialization of the agricultural sector. In the end, it was possible to conclude that the narrative that agribusiness is responsible for feeding Brazilian families does not hold up in practice, given the tendency of the sector to export in the given context and the increase in domestic prices, which prevents these families from having proper access to food. On the other hand, it was observed that family agriculture plays an important role in providing food for the population, producing a considerable part of the most consumed foods by Brazilians. It was also possible to conclude that the importance of agribusiness in the Brazilian economy, combined with its political influence, manages to discourage the proposition of policies that do not favor this sector. Also, despite the great demand from the Brazilian society as a whole, there was little mobilization of the government of the former president of Brazil, Jair Bolsonaro (PL), to promote effective actions to face the worsening of the food access issue in the country.

Keywords: Food insecurity. Agribusiness. Covid-19. Financialization. Commodities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A TRAJETÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS	10
2.1 AS PRINCIPAIS POLÍTICAS E SEUS RESULTADOS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS..	11
2.2 O DECLÍNIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR.....	15
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO	17
3 A INSEGURANÇA ALIMENTAR E O AGRONEGÓCIO	19
3.1 A FINANCEIRIZAÇÃO DAS <i>COMMODITIES</i> E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA DO AGRONEGÓCIO.....	20
3.2 A DINÂMICA COMERCIAL BRASILEIRA: EXISTEM RELAÇÕES COM A SEGURANÇA ALIMENTAR?	24
3.2.1 O agronegócio e a pandemia	26
3.2.2 Resultados no período da Covid-19	27
3.2.1.1 O cenário em 2020 e 2021	28
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO	31
4 CONCLUSÕES	33

1 INTRODUÇÃO

Apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores e exportadores agrícolas, a população brasileira ainda está largamente sujeita à Insegurança Alimentar (IA) em todos os níveis. Os dados mais recentes, publicados em junho de 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) através de seu Segundo Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) já demonstram que pelo menos 58,7% da população vivem com algum grau de insegurança alimentar, o que equivale a 125,2 milhões de pessoas. Além disso, também foi constatado que pelo menos 33 milhões de brasileiros convivem com a fome propriamente dita, que é a IA em sua forma grave.

Esta contradição se sustenta pelo pouco interesse dos grandes produtores agrícolas em voltar sua produção ao consumo interno, fato esse que se dá pelo contínuo aumento dos preços das *commodities*¹ agrícolas, que se intensificou especialmente a partir de 2005, conforme destacam de Paula *et al.* (2015). Ao serem convertidas em ativos financeiros internacionais (como bem demonstra o uso do termo *commodities* para designar os diversos produtos agrícolas), estas sofrem com a especulação de preços e, também, tornam-se muito mais rentáveis quando comercializadas externamente, especialmente em situações de desvalorização do real frente ao dólar.

Junto a esse cenário, conforme aponta Aracri (2021), é importante destacar que os maiores produtores agrícolas, em geral, concentram sua produção em bens que não necessariamente se destinam ao consumo humano direto, mas sim a outras indústrias, tais como a indústria de bioenergia, a indústria de cosméticos, a de produtos para nutrição animal, e a de fabricação de alimentos processados.

Nesse contexto, o consumo de bens agrícolas pelas famílias brasileiras é proporcionado em maior escala pela agricultura familiar. Em 2017, esta modalidade de produção foi responsável por expressiva porcentagem da produção dos alimentos mais consumidos no mercado interno, de acordo com dados obtidos pelo Censo

¹ Definem-se *commodities* como produtos produzidos em larga escala com características uniformes, sem distinção de onde foram produzidos ou de quem os produziu e que têm seus preços determinados pela oferta e demanda no mercado internacional (ABREU, s.d.).

Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019.

Quando se considera a expansão do agronegócio com suas grandes propriedades agrícolas, aliada à redução contínua do crédito concedido aos pequenos produtores e ao fracasso dos últimos governos em promover as reformas sociais capazes de reduzir as desigualdades no campo, torna-se imprescindível a reavaliação da real participação do agronegócio no desenvolvimento econômico do país, não considerando apenas o superávit na balança comercial, mas também ampliando a análise no sentido de expor as contradições internas e as dificuldades trazidas ao desenvolvimento social do país pelo mesmo.

Tendo em vista o declínio da segurança alimentar das famílias brasileiras a partir de 2013, de acordo com dados obtidos através das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), e seu agravamento sobretudo nos últimos dois anos com a crise da Covid-19, torna-se necessário examinar o debate sobre a questão. Com a alta do dólar intensificada pelos desdobramentos da pandemia, o que se observou foi um aumento expressivo das exportações de *commodities* agrícolas e, conseqüentemente, dos lucros de seus produtores, que contrastam com a situação de falta de acesso aos alimentos vivida pela população brasileira, como demonstram os dados alarmantes sobre a fome no Brasil apresentados anteriormente.

Frente ao quadro sintetizado acima, o presente trabalho tem como objetivo geral explorar as questões referentes à IA no Brasil, com enfoque nas contradições protagonizadas pelo agronegócio e seu modelo de produção extensivo, majoritariamente monocultor e voltado à exportação. Busca-se discutir se o agronegócio de fato é o maior responsável pela alimentação dos brasileiros, garantindo-lhes a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ou se este opera apenas em busca de maiores lucros, enquanto existem outros protagonistas nessa questão, tal como os pequenos agricultores e, principalmente, a agricultura familiar.

A respeito da agricultura familiar, é feita uma análise dos dados acerca de sua produção, elencando os alimentos mais produzidos e relacionando-os com aqueles mais consumidos pelos brasileiros, com o objetivo de destacar a sua importância na promoção do devido acesso a uma alimentação adequada.

A metodologia utilizada no trabalho baseia-se em uma pesquisa exploratória, buscando referências na literatura existente a respeito tanto da IA, quanto da

financeirização, do agronegócio e da agricultura familiar, a fim de juntar essas diferentes perspectivas em uma análise conjunta.

Para alcançar o objetivo geral indicado anteriormente, o trabalho será desenvolvido, primeiramente, através de uma breve revisão de literatura existente sobre o tema. Para isso, serão discutidos os conceitos de insegurança alimentar e nutricional, contextualizados na realidade nacional e trazendo a discussão sobre as tentativas de implementação de políticas governamentais para enfrentar o problema e seus resultados, com foco nos últimos 20 anos, o que será feito no capítulo seguinte.

Após isso, o segundo capítulo tem como foco não somente a questão do agronegócio e de seu desempenho durante a pandemia da Covid-19 em relação ao seu nível recorde de exportações, como também as suas relações com a SAN no país e o contraste com o papel da agricultura familiar, e discute os dados sobre esse grande desempenho, buscando contrastá-lo com o aumento da IA no país ao longo do mesmo período.

Por fim, o terceiro capítulo traz as considerações finais a respeito da discussão, propondo o resgate de uma preocupação genuína acerca do tema da SAN por parte dos formuladores de políticas públicas, e também a observância das ações que o novo governo recém-eleito em 2022 deve tomar relativas à IA, que têm sido amplamente demandadas pela sociedade civil.

2 A TRAJETÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

No final do século XX, após as inúmeras dificuldades deixadas pela Segunda Guerra Mundial, o debate sobre a fome foi acentuado em esfera global, e no Brasil não foi diferente. O país sempre manteve uma participação ativa no debate internacional relativo às estratégias de combate à fome, ao mesmo tempo em que houve a tentativa de implantar políticas sociais a esse respeito em território nacional, buscando atender demandas sociais urgentes.

A partir dessas discussões realizadas ao longo da segunda metade do século passado, o consenso estabelecido foi o de que a fome é uma mazela social com várias dimensões. Nesse sentido, passou-se a entender globalmente a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a capacidade de as famílias se alimentarem da forma correta, em quantidade e qualidade suficientes para a manutenção de sua saúde física e mental, necessárias a uma vida digna.

Para dar conta de atender a esta multiplicidade de aspectos, Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008) desenvolveram cinco métodos de análise empregados com frequência em inquéritos nacionais, dentre os quais, as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, que são utilizadas no Brasil, sintetizadas na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Tais escalas medem o fenômeno diretamente a partir da experiência de Insegurança Alimentar percebida pelas pessoas diretamente afetadas, captando não só a dificuldade de acesso aos alimentos, como também a dimensão psicossocial do problema, e podem ainda ser adaptadas aos diferentes contextos socioculturais locais.

A EBIA, destaca o IBGE em sua Pesquisa de Orçamentos Familiares do biênio 2017-2018 (POF 2017-2018), fornece informações importantes e estratégicas para a formulação de políticas e programas sociais, uma vez que abarca tanto a identificação dos grupos sociais em risco quanto os seus determinantes e consequências, e a partir da experiência vivida no domicílio nos últimos 90 dias, a metodologia aponta para três diferentes graus de IA vividos pelas famílias, determinados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome através de nota técnica redigida pelo Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar em 2010:

- Insegurança alimentar leve: Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos;
- Insegurança alimentar moderada: Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;
- Insegurança alimentar grave: Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

O relatório da POF 2017-2018 destaca que esta escala de classificação brasileira é uma versão adaptada da versão elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em meados da década de 1990, e seu processo de validação foi conduzido por grupos de pesquisadores localizados nas cinco regiões do País, que realizaram diversos estudos quali-quantitativos nas áreas urbanas e rurais entre os anos de 2003 e 2004.

2.1 AS PRINCIPAIS POLÍTICAS E SEUS RESULTADOS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Conforme destacado por Silva (2014), as políticas relativas à ajuda alimentar por parte do Estado brasileiro foram implementadas pela primeira vez no fim dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas. O médico, professor e ativista do combate à fome, Josué de Castro, já desenvolvera na época estudos que demonstravam as dificuldades trazidas pela fome ao país, apontando que ela se trata de um fenômeno social relacionado, sobretudo, à falta de renda das famílias, e que este deveria ser corrigido através de ações do poder público. Seus estudos tiveram forte apelo popular na época e influenciaram, por exemplo, na criação do salário mínimo nacional, em 1938.

A partir daí, como destaca Silva (2014), ainda que de forma marginal às outras iniciativas que interessavam mais aos agentes políticos, foram criados

diversos programas e entidades estatais com o propósito de elaborar estratégias para o combate à fome, porém sempre de forma pouco objetiva e incerta, com baixo poder de alcance e falta de definição de critérios de elegibilidade claros, que resultaram na descontinuidade da maior parte destas estratégias. Além disso, o interesse no crescimento econômico e na modernização agrícola sempre se sobrepôs a estas iniciativas. Por conta disso, os resultados obtidos pelos programas foram pouco expressivos, marcando uma trajetória de erros e poucos acertos que serviriam de aprendizado para as lideranças subsequentes.

Foi somente em 2003, analisa Silva (2014), com o fortalecimento dos debates referentes às questões sociais mais urgentes no país, e com a eleição do governo progressista do Partido dos Trabalhadores (PT), chefiado pelo presidente recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que a SAN ganharia mais espaço na agenda governamental e passaria a ser mais bem estruturada, com a proposta de uma nova abordagem de operação representada pelo Programa Fome Zero, lançado em 1º de janeiro de 2003.

O programa em questão articulou ações de curto, médio e longo prazo ao combate da fome e da pobreza. Estas preocupações também resultaram na realização, em 2004, da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) ampliou a definição de SAN, englobando outras dimensões que também representam a garantia da qualidade de vida, e esta passou a ser definida como

“a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004, p.28).

Para a execução do programa, o governo federal precisou atuar em várias frentes. De acordo com Fonseca e Monteiro (2010), o diagnóstico da realidade brasileira na época para a definição do programa envolvia a questão do baixo poder aquisitivo da população, do desemprego, da informalidade no mercado de trabalho, dos preços dos alimentos, que dificultavam o acesso da população aos mesmos, e por fim, a falta de proteção por parte do Estado em atender a massa desempregada e os cidadãos carentes em geral. Todas estas características tornaram necessária a

ampliação do programa para outras áreas de atuação, tais como a economia, o mercado de trabalho, a produção agrícola com vistas ao comércio e distribuição de alimentos, o acompanhamento nutricional da população, entre outras.

A partir deste diagnóstico, analisa Silva (2014), o governo federal dividiu sua atuação em seis frentes distintas:

- Transferência de renda, a fim de aumentar a demanda por alimentos, a circulação de moeda e, por fim, a própria produção de alimentos;
- Compras públicas, com o objetivo de estimular a produção de alimentos e o barateamento destes;
- Programas de apoio, no sentido de oferecer uma infraestrutura básica para as famílias no preparo de alimentos nos domicílios e também na distribuição de alimentos para as famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Participação popular, abrindo espaço para que a sociedade civil pudesse acompanhar as políticas desenvolvidas, com a criação de diversos conselhos estaduais e municipais;
- Articulação territorial, ou seja, os programas foram implementados em todo o território nacional, também articulando regiões pouco desenvolvidas com proximidade geográfica e identitária para promover a cooperação entre elas;
- Consolidação institucional, que é, na realidade, o resultado de toda a articulação promovida com as frentes anteriormente expostas, com a participação da sociedade civil na pressão para que o governo federal institísse um comprometimento ininterrupto do Estado para com a causa da SAN.

Como resultados do Programa Fome Zero Belik (2012) destaca que, por conta da velocidade de sua implementação, foi possível observar uma expressiva redução dos níveis de pobreza em termos relativos no Brasil a partir dos anos 2000, obtidos como resultado não apenas do programa em questão, mas também das políticas econômicas adotadas que impactaram no crescimento econômico através da geração de empregos com maiores salários em termos reais, levando ao que o autor denominou como um “ciclo virtuoso da prosperidade” (BELIK, 2012, p. 103).

Belik (2012) ainda destaca que os maiores salários, que chegaram a dobrar de valor entre 2000 e 2011, atenderam a diversos trabalhadores mais pobres, e combinados com um período de baixa inflação, permitiram a elevação do consumo destes trabalhadores, estimulando a produção e, portanto, o crescimento econômico no período.

Por outro lado, os indicadores de concentração de renda não apresentaram mudanças relevantes nesse período, situação que já se encontrava agravada nas décadas de 1980 e 1990 por conta da hiperinflação. Através de uma pesquisa realizada por Dedecca (2012), pode-se apenas dizer que houve uma tendência de queda durante o período analisado, mas que esta foi pouco acentuada.

Por fim, Belik (2012) aponta que os indicadores relacionados à SAN apresentaram melhora entre os anos de 2004 e 2009, sendo que o número de famílias que se encontravam em situação de IA moderada ou grave caiu significativamente, de 13,4 milhões de famílias para 7,5 milhões. Porém, como diversos programas relativos à manutenção destas políticas não foram levados adiante, mesmo com os resultados positivos obtidos ainda existiam diversos entraves para que a SAN se tornasse uma realidade concreta no país.

De acordo com o relatório da POF 2017-2018, em 2010 houve a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), junto à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, instituída pelo Decreto nº 7.272 de 25/08/2010) e com a incorporação na Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 64 de 04/02/2010, da alimentação como direito social. Estes dispositivos regulamentaram a alimentação adequada como direito humano essencial à cidadania e tornaram obrigação do poder público o monitoramento e a disponibilização de informações sobre a sua efetivação. Outras inovações destes dispositivos legais foram a inclusão da conservação da biodiversidade, a promoção da saúde e da nutrição, a qualidade sanitária e biológica dos alimentos, a promoção de práticas alimentares saudáveis e, por fim, a produção de conhecimento e acesso à informação (IBGE, 2020).

Com a implementação do marco legal para a SAN, aponta ainda a POF 2017-2018, foram tomadas várias medidas com o intuito de avaliar e monitorar as diversas dimensões da SAN, tendo em destaque a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada entre 3 e 6 de julho de 2007, que recomendou a realização contínua de pesquisas amostrais de base populacional relativas ao

diagnóstico da SAN no Brasil, utilizando os dados e indicadores disponibilizados nos sistemas informacionais já existentes, tais como a própria POF. A manutenção destas fontes de dados e indicadores permite aos governantes fazer um acompanhamento direto e melhor orientado do que deve ser realizado em termos de políticas públicas para a continuidade da SAN no país. Porém, ainda que tais mecanismos existam, nos últimos anos, sobretudo a partir de 2016, os governos deram cada vez menos espaço a esta temática em suas formulações de políticas, como demonstram os dados que serão analisados na próxima seção.

2.2 O DECLÍNIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A POF 2017-2018 realizada pelo IBGE estimou que há um total de 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, dentre os quais, 63,3% se encontravam em situação de SAN e 37,6% se encontravam com algum grau de IA. Dentre esses, aponta o relatório, a IA leve foi percebida em 24,0% dos domicílios, a IA moderada em 8,1% e a IA grave em 4,1% dos domicílios. De acordo com estes dados, é possível afirmar que cerca de 3,1 milhões de domicílios passaram por privação quantitativa de alimentos que atingiu tanto os adultos quanto as crianças, considerando o período de referência de 90 dias anteriores à data da pesquisa. Este cenário da IA grave foi ainda maior entre os domicílios particulares rurais, atingindo 7,1% das famílias, sendo que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores proporções de domicílios em SAN (43,0% e 49,7%, respectivamente), com menos da metade da população tendo acesso regular aos alimentos.

Os resultados da POF 2017-2018 revelaram a manutenção das desigualdades regionais de acesso aos alimentos verificadas na PNADs dos anos de 2004, 2009 e 2013, e também da desigualdade entre as regiões urbanas e rurais. O relatório aponta, ainda, que ao observar o país como um todo, é possível perceber a diminuição da proporção de domicílios em SAN quando comparados os resultados desta pesquisa com o levantamento anterior da PNAD de 2013.

De acordo com Avelino e Reis (2019), a priorização das políticas relacionadas à SAN a partir de 2003, sintetizadas no Programa Fome Zero, foi um fator essencial para a ampliação do acesso aos alimentos pelas famílias mais pobres, resultando posteriormente na retirada do Brasil do Mapa Mundial da Fome em 2014, relatório global elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

Agricultura (FAO, sigla em inglês para *Food and Agriculture Organization*). Os autores salientam a importância do programa, da participação do Consea, da institucionalização da política de SAN por parte do governo e da implementação de políticas de proteção social e de incentivo à produção agrícola como as principais iniciativas que contribuíram para que o país alcançasse esse resultado. Nesse sentido, os autores destacam a importância do Consea como grande responsável pela coordenação entre os ministérios e setores envolvidos na agenda da SAN.

A extinção do órgão pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) em 1º de janeiro de 2019 causou grande repercussão entre diversas entidades que atuam no combate à IA, sendo rejeitada quase que por unanimidade, tendo em vista que, como apontam Avelino e Reis (2019), não houve nenhuma manifestação de apoio à extinção do conselho. Ao mesmo tempo, várias notas de repúdio foram publicadas por entidades como o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva e a Ação da Cidadania. Como apontado por Pierre e Bonomo (2019), o Consea foi responsável por inúmeros avanços no acesso aos alimentos pela população, tendo conquistado, dentre outros feitos, que a alimentação se tornasse um direito garantido pela Constituição Federal. Além disso, o órgão ampliou a participação da sociedade nas discussões acerca do combate à IA, permitindo o compartilhamento de experiências desenvolvidas em todo o país que serviram de base para a formulação de programas inovadores relativos à produção e distribuição de alimentos.

A decisão de extinguir o órgão refletiu a falta de comprometimento do referido governo com a questão da SAN. Tendo em vista o declínio dos indicadores entre as famílias brasileiras, apontados pelo IBGE em 2019, e os atuais dados relativos à IA no Brasil, a situação se torna cada vez mais preocupante.

Em seu I VIGISAN, publicado em fins de 2020, a Rede Penssan aponta que a Ação da Cidadania já observava que em 2016 a expansão da SAN deixara de acontecer, estagnando entre 2013 e 2014 e passando então ao declínio. As edições da PNAD dos anos de 2004, 2009 e 2013 apresentaram, respectivamente, as taxas de 65,1%, 69,8% e 77,4% relativas aos domicílios permanentes/famílias vivendo em situação de SAN. Já em 2018, conforme apontado anteriormente, a POF 2017-2018 obteve resultado inferior, de 63,3% de famílias em SAN.

De acordo com o I VIGISAN, já alcançava 10,3 milhões o número de pessoas que se encontravam em situação de IA grave em 2018, saltando para 19,1 milhões

em 2020, primeiro ano da pandemia da Covid-19. Em seu segundo relatório (II VIGISAN), do ano de 2022, a Rede Penssan apontou que 33 milhões de pessoas se encontram em IA grave, sendo que ao considerar todos os graus da IA, os números sobem para 125,2 milhões de brasileiros, o que já representa mais da metade da população (58,7%).

Enquanto os resultados discutidos ao longo deste capítulo escancaram a dificuldade das famílias brasileiras em ter acesso adequado aos alimentos, seja pela sua falta ou pela baixa qualidade nutricional dos que conseguem consumir, tendência que vem aumentando desde 2015 e que foi agravada no contexto da pandemia que se iniciou em 2020, o que se pôde observar ao longo desse período foi uma tendência de aumento na produção e na exportação do agronegócio de forma geral, que se beneficiou sobretudo com a desvalorização do real frente ao dólar no período da pandemia. Esse desempenho, que se contradiz com os dados apresentados a respeito do avanço da IA no país, será analisado com mais detalhes no próximo capítulo.

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

O presente capítulo discutiu a trajetória do combate à IA, com foco nos últimos 20 anos, destacado a implementação e o sucesso do Programa Fome Zero, que uniu várias frentes de atuação através das quais foi possível estruturar um programa de promoção da SAN efetivo e que, juntamente a um cenário econômico favorável, trouxe resultados importantes para a redução dos níveis de extrema pobreza e o consequente aumento do acesso aos alimentos pelas famílias ao longo dos anos 2000.

A descontinuidade dos programas de combate à SAN, juntamente com a recessão iniciada em 2015 e a mudança das prioridades da agenda governamental a partir de 2016, resultaram na reversão das conquistas da década anterior. Esse processo de reversão já preocupava entidades sociais ligadas à causa desde aquele ano, e se acentuou de maneira muito grave com o início da pandemia da Covid-19 em 2020. Com estas preocupações em vista, a Rede Penssan elaborou os inquéritos apresentados ao final do capítulo, que indicaram resultados alarmantes de aumento da IA em geral, sobretudo de sua forma mais grave.

Considerando todos esses resultados, é necessário analisar o contínuo crescimento do agronegócio nesse período e localizar a sua origem, uma vez que não houve um aumento do consumo interno capaz de explicá-lo. Nesse sentido, o próximo capítulo apresentará dados relevantes acerca da produção do agronegócio, comparando os resultados de 2019, ano anterior à pandemia, aos de 2020 e 2021, observando o lugar de destaque que este setor ocupa na composição do PIB e da balança comercial brasileira, com o intuito de trazer um contraponto aos dados sobre a falta de acesso aos alimentos pela população que foram apresentados nesse capítulo.

3 A INSEGURANÇA ALIMENTAR E O AGRONEGÓCIO

Para aprofundar a discussão acerca da IA no Brasil, é imprescindível discutir também o papel do agronegócio, tanto como setor econômico de destaque no PIB do país, quanto como exportador e fornecedor de importantes *commodities* agrícolas ao resto do mundo. Apesar dos ótimos resultados que o setor vem obtendo no comércio com o exterior ao longo dos últimos dois anos, internamente a situação do acesso aos alimentos pelos brasileiros está longe de acompanhar essa trajetória. A contradição entre a posição de destaque do Brasil como país agroexportador, ao qual muitos se referem como o “celeiro do mundo”, com o alarmante cenário em que 33 milhões de pessoas convivem com a IA grave no país diariamente, é uma importante questão que diz respeito aos preceitos constitucionais e aos objetivos da nação.

Por essa razão, é importante analisar a questão alimentar à luz não apenas da real situação enfrentada pela população, como também dos ganhos obtidos pelo agronegócio empresarial de grande porte no exterior, a fim de desconstruir a narrativa popularizada pelo senso comum, como destaca Aracri (2021), de que este “garante comida na mesa de milhões de pessoas no Brasil e ao redor do mundo” (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM, 2021).

Nesse contexto, a questão dos preços dos alimentos também é relevante na determinação do acesso a estes pela população, especialmente em relação às camadas mais pobres, que gastam grande parte do que ganham com alimentação – em 2020, as famílias mais pobres, com renda de até dois salários mínimos, gastavam 26% do que ganhavam com alimentação (BELIK, 2020). Em 2022, uma família que recebe apenas um salário mínimo já compromete 50,9% de sua renda apenas com a alimentação (TICKET, 2022). Para compreender a evolução dos preços dos alimentos, é fundamental estudar o processo de financeirização das *commodities* agrícolas, que se deu sobretudo a partir de 1990.

Tendo em vista as observações anteriores, o presente capítulo objetiva relacionar a problemática da IA com a dinâmica comercial do agronegócio, no sentido de desmistificar a narrativa presente no imaginário popular de que o setor é o responsável por alimentar a maior parte dos brasileiros, sintetizada pela nota da SECOM comentada anteriormente. Para tal, o capítulo segue, na próxima seção, com uma breve exposição sobre como se deu o processo financeirização das

commodities e sua influência na volatilidade e no aumento dos seus preços. Na seção seguinte, serão discutidos os resultados da balança comercial brasileira relativos ao agronegócio e o resultado da produção do setor durante o período da pandemia da Covid-19, buscando sempre apontar o contraste com a situação alimentar em que se encontra a população brasileira, e por fim, será feita uma breve conclusão para este capítulo.

3.1 A FINANCEIRIZAÇÃO DAS *COMMODITIES* E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA DO AGRONEGÓCIO

O processo de aumento da influência do mercado financeiro na economia é o que se denomina como financeirização. Epstein (2001) a descreve como um processo através do qual há um aumento da importância dos mercados, elites e instituições financeiras nas operações da economia e nas instituições governamentais, tanto a nível nacional quanto interacional.

Para os propósitos desse estudo, e de acordo com o histórico desse processo e seus efeitos nas economias, entende-se a financeirização como a influência do setor financeiro no sistema econômico e nas instituições governamentais como um todo, cuja capacidade se estende à transformação dos determinantes dos preços nos diferentes mercados. Com esta definição, o efeito que esse processo pode causar nos diferentes setores da economia se torna mais evidente, e, em relação à determinação dos preços dos alimentos, é uma questão ainda mais preocupante, na medida em que o mercado financeiro consolida seus interesses até mesmo em áreas que antes estavam fora do seu escopo, em detrimento das necessidades das pessoas.

Garcia (2017) aponta três transformações que foram cruciais para que as *commodities* como ativos financeiros ganhassem mais popularidade a partir dos anos 1990, sendo eles os avanços tecnológicos, a descoberta de uma correlação negativa com ativos financeiros tradicionais, e, por fim, uma grande expansão dos índices de *commodities* negociados em bolsa, bem como dos índices de *commodities* passíveis de investimento. Estes fatores, aliados à crescente desregulação dos mercados a partir da década de 1970, que favoreceu sobremaneira o sistema financeiro internacional, contribuíram para que sérias consequências aparecessem no sistema agroalimentar, que foi reestruturado de tal

forma que a influência da lógica financeira sobre os preços e as expectativas desse mercado conseguiu desviar as *commodities* agrícolas de sua principal função, que é a alimentação (DE PAULA *et al.*, 2015).

A partir da década de 1990, o mundo observou grande instabilidade nos preços das *commodities* agrícolas, perceptíveis, sobretudo, nos países menos desenvolvidos, que em geral dependem mais da exportação desses produtos e da importação de bens mais complexos. A mobilidade do capital financeiro foi largamente beneficiada pela desregulação dos mercados e pela abertura das economias ao mercado financeiro internacional, revelando seu poderio na coordenação das operações produtivas e mercantis em toda a cadeia de valor, e, tendo em vista a essencialidade dos alimentos para as pessoas, com seu comércio tomado pela especulação que visa oportunidades de ganhos em situações de instabilidade, a preocupação com o aumento de uma população subnutrida é cada vez maior (DE PAULA *et al.*, 2015).

Conforme destacam Michelotti e Siqueira (2018), a lógica especulativa que invadiu o sistema agroalimentar não apenas alterou o mecanismo de preços nesse setor, como também se aproveitou das incertezas conjunturais e das fragilidades do sistema na busca de maior rentabilidade. Com o aumento dos preços e o consequente aumento de salários e custos industriais com matérias-primas, criou-se um círculo vicioso que reduziu a rentabilidade industrial e fortaleceu a financeirização. Esses processos, de acordo com Rubio (2015), apenas fortalecem os grandes produtores rurais operantes em larga escala e com alto padrão tecnológico, em detrimento dos pequenos produtores rurais, que, no caso do Brasil, são os principais responsáveis por fornecer alimentos à população.

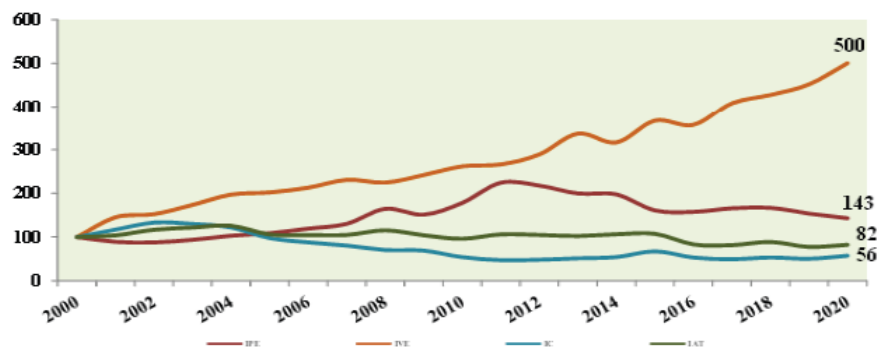
O ponto alto dessa especulação se deu em 2005, que somada a outros fatores resultou, no ano seguinte, na elevação dos preços das *commodities* aos patamares mais altos da história no mercado mundial. Por conta disso, em 2008 o número de pessoas que não tinha acesso aos alimentos atingiu os maiores níveis históricos globais, com aumento de 250 milhões de pessoas em apenas um ano (KAUFMAN, 2010). Esta elevação de preços afetou, inclusive, o Brasil, e a ela se seguiu um período de recorrentes flutuações e do não retorno destes preços aos níveis anteriores. Foi somente a partir o segundo semestre de 2008 que houve uma interrupção na tendência de alta dos preços por conta da recessão econômica

mundial, porém esta tendência foi logo retomada a partir de 2010 (MALUF e SPERANZA, 2013).

Conforme Michelotti e Siqueira (2018), o boom das *commodities* verificado entre 2000 e 2014 trouxe um forte crescimento da produção destas em diversos países emergentes, especialmente nos Brics (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e África do Sul), acirrando a competição no mercado alimentar. No caso do Brasil, especificamente, o Estado passou a promover ações e ajustes macroeconômicos que estimulassem a exportação de *commodities*, tornando o agronegócio um sistema mais robusto.

A figura abaixo (Figura 1) mostra a evolução das exportações do setor a partir dos anos 2000. Os indicadores de preços em dólares (IPE), do volume exportado (IVE), de atratividade das exportações agro (IAT) e da taxa de câmbio efetiva real (IC), elaborados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP (Cepea-Esalq/USP) estão representados, respectivamente, pelos segmentos vermelho, laranja, verde e azul.

FIGURA 1 — INDICADORES IPE, IVE, IAT E IC



FONTE: Cepea-Esalq/USP (2021), p. 4.

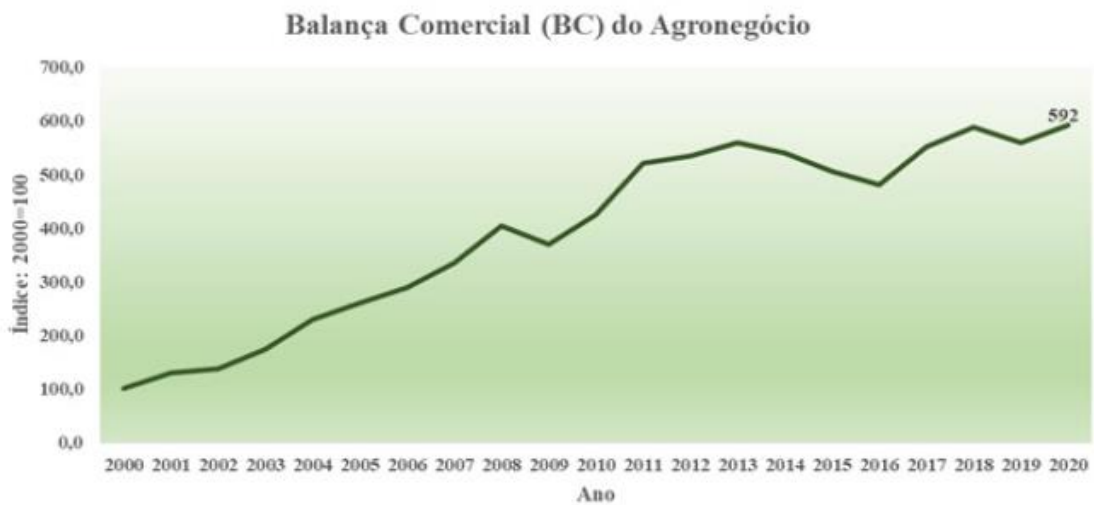
Nota: Dados anualizados (índice:2000=100)

Através da Figura 1, é possível perceber o forte aumento do volume de exportações, que foi praticamente contínuo ao longo do período. A alta acumulada chegou ao patamar de 400%, enquanto os preços médios em dólar, ou seja, o índice IPE, mostrou alta acumulada de 43%. A taxa de câmbio efetiva real (IC) foi depreciada em 44% durante o período, culminando também na queda do índice IAT, referente à atratividade das exportações, de 18%. Porém, com a forte

desvalorização do real a partir de 2020, a atratividade das exportações do setor ganha força novamente (ADAMI, 2021).

A balança comercial do agronegócio brasileiro também manteve trajetória ascendente desde o ano 2000, como pode ser observado através da Figura 2. Especialmente no contexto da pandemia, enquanto o saldo comercial de outros setores foi negativo, o saldo do agronegócio foi positivo, mais do que compensando o déficit gerado pelos outros setores.

FIGURA 2 — EVOLUÇÃO DO SALDO COMERCIAL DO AGROEGOCIO RASILEIRO



Fonte: Cepea-Esalq/USP (2021), p. 5.

A figura 2 permite observar que dos anos 2000 até 2020, o saldo comercial do agronegócio aumentou em praticamente cinco vezes, o que representa um crescimento de 492% (ADAMI, 2021).

Juntamente ao o crescimento da economia do agronegócio citado anteriormente, Maluf e Speranza (2013) chamam a atenção para as significativas alterações na produção agroalimentar brasileira no início do século XXI. O aumento das áreas de monoculturas para a produção de *commodities* que se adequam às demandas do mercado tomou o espaço das áreas de cultura alimentar do país, cuja área colhida reduziu de forma significativa. Os autores destacam os casos do arroz, do feijão e da mandioca, considerados elementos básicos da alimentação do brasileiro, que tiveram suas áreas colhidas diminuídas, de 2000 a 2016, em 47%, 40,4% e 17,7%, respectivamente, frente ao avanço das áreas colhidas de milho,

cana-de-açúcar e soja, que aumentaram, respectivamente, em 25,8%, 112,8% e 142,8%.

As questões exploradas nesta seção, para além da própria financeirização, revelam a dinâmica da produção do agronegócio voltada à exportação, a questão da concentração fundiária e a internacionalização desse setor, com forte presença de empresas multinacionais regidas pelos interesses especulativos, que em busca de maiores ganhos, trazem consequências como o desemprego, a violência no campo e o crescente nível de IA, iniciado com a recessão de 2015 e intensificado a partir de 2020 com a pandemia. O direcionamento da produção rural ao mercado externo, que reduz a oferta interna de alimentos, e a abertura ao capital especulativo reforçam as desigualdades no campo, diminuem a atuação do pequeno produtor e trazem incertezas quanto ao comportamento dos preços. A grande influência que o agronegócio empresarial exerce no próprio governo, conforme apontam Locateli e Lima (2016), em especial no poder legislativo, torna difícil a articulação de políticas que buscam favorecer os pequenos camponeses e a agricultura familiar, colocando em risco a própria SAN.

Com o objetivo de aprofundar a análise do período dos dois anos da pandemia de Covid-19, na próxima seção serão apresentados os dados da balança comercial e do PIB relativos ao agronegócio para os anos de 2020 e 2021.

3.2 A DINÂMICA COMERCIAL BRASILEIRA: EXISTEM RELAÇÕES COM A SEGURANÇA ALIMENTAR?

Segundo o IBGE, a agricultura familiar é “um sistema produtivo que concentra a gestão da propriedade e da maior parte da mão de obra no núcleo familiar” (IBGE, 2020, p. 292). Além disso, a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda das famílias nesse sistema.

De acordo com os resultados do Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE, esta forma de agricultura é a que reúne o maior número de unidades produtivas no Brasil (76,8% das unidades produtivas totais do país) e contribui significativamente para a produção de empregos em atividades agrícolas e atividades a elas vinculadas, mesmo representando apenas 23% do total da área dedicada a atividades agropecuárias.. A agricultura familiar ocupa 66,3% dos

trabalhadores em atividades agropecuárias, e corresponde à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (IBGE, 2020).

A questão do emprego mencionada no parágrafo anterior permite compreender a extensão da importância da agricultura familiar, não somente no sentido de produzir a maior parte dos alimentos que o brasileiro consome, mas também no sentido de que ela é fonte de renda para mais da metade dos empregados na agricultura.

Em se tratando dos alimentos mais consumidos pela população brasileira, a POF de 2017-2018 reuniu dados que permitem identificá-los. Os resultados obtidos indicam o café, arroz, feijão, pães, carne bovina, aves, e hortaliças como sendo a base da alimentação dos brasileiros. Rodrigues *et al.* (2021) destacam que essa composição alimentar não se alterou entre as POFs realizadas em 2008-2009 e em 2017-2018.

O Censo Agropecuário de 2017 apontou que a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção dos alimentos citados anteriormente, que são os mais consumidos pelos brasileiros. Essa modalidade produziu, em 2017, 41,8% do feijão-preto, 11% do arroz, 36% das aves e 31% dos bovinos, além de 69,6% da mandioca, de 64,2% do leite e de 34,5% do rebanho suíno (IBGE, 2019). Ademais, conforme destaca Brainer (2021), a maioria das hortaliças é cultivada em pequena escala, e a maioria dos horticultores se adequa ao regime familiar. Estes produtores cultivam grande variedade de espécies de hortaliças, ao contrário dos médios e grandes produtores, que cultivam poucas espécies. Por conta do pouco desenvolvimento do setor e pelas limitações de volume de comercialização, a maior parte das hortaliças abastece o mercado interno, e apenas um pequeno volume é exportado.

Os resultados das pesquisas realizadas pelo IBGE permitem explicar a grande importância que a agricultura familiar desempenha para garantir a soberania e segurança alimentar no Brasil. O abandono desses produtores a sua própria sorte por parte do governo de Jair Bolsonaro, somado à descontinuidade das políticas de compra de alimentos e à incerteza colocada sobre a extensão do Auxílio Emergencial aos agricultores familiares (VALADARES *et al.*, 2021) apenas contribuíram ao agravamento de uma situação que já preocupava entidades sociais especializadas em SAN desde antes da crise da Covid-19. O crescimento alarmante da IA no Brasil, como reportado nos inquéritos da Rede Penssan, ao mesmo tempo

em que o agronegócio quebra recordes em sua balança comercial, como observado na Figura 2, revelam a magnitude da contradição que norteia o presente estudo e a importância de reconhecer o papel da agricultura familiar nesse cenário.

Apesar da tentativa d governo citado, da grande mídia, e do próprio agronegócio, de reforçar sua responsabilidade e seu papel de importância na manutenção da SAN no país, na prática isso não é observado. Contrariamente, observou-se que o agronegócio não atuou de forma efetiva na proteção da soberania alimentar do país, mas que foi favorecido com o encarecimento de seus produtos e com a valorização do câmbio, que causaram a desaceleração da demanda interna, representando uma população que cada vez mais sofre para ter acesso aos alimentos. As próximas seções tratarão dos dados a respeito do agronegócio e seu desempenho no período da pandemia.

3.2.1 O agronegócio e a pandemia

Conforme Silva e Julio (2021), as *commodities* representam o principal componente das exportações brasileiras, abarcando 63% do total de acordo com dados levantados em 2019 pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2019). É interessante contrastar esse dado com a pesquisa do IBGE apresentada no capítulo anterior, de que 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras provêm da agricultura familiar, e não da grande produção do agronegócio empresarial. De acordo com dados do CNA (2020), os produtos mais exportados pelo país são soja em grãos, carne bovina, açúcar de cana, celulose, milho, carne de frango, café, algodão, carne suína, entre outros. Em relação ao destino das exportações, os que mais se destacam são a China, com 33,7% do total, a União Europeia, com 16,2%, e por fim os Estados Unidos com 6,9% do total de exportações.

A partir do decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, anunciando a pandemia do novo Coronavírus, houve grande restrição do comércio internacional a fim de conter a propagação do vírus, levando à paralisação de diversas atividades e ao isolamento social das pessoas, que afetou diretamente o planejamento dos ciclos de safras com as incertezas do cenário que se apresentava. Junto a isso, é importante destacar a redução do crescimento econômico do país, que contribuiu para o declínio de determinados setores agrícolas, tais como o de

setor de flores, que teve queda acentuada em seu faturamento devido às restrições do comércio e ao cancelamento de eventos. Por outro lado, alguns setores apresentaram resultados muito melhores, como por exemplo, o setor de frutas ricas em vitamina C, que obtiveram aumento de quase 200% em suas exportações, devido à importância desse componente para a saúde e à sua relação com o reforço da imunidade das pessoas (SILVA e JULIO, 2021).

Em síntese, apesar das dificuldades que se apresentavam, o Brasil conseguiu se manter com faturamento muito positivo nas exportações do agronegócio, com cifras que chegam aos US\$ 79 bilhões nos primeiros nove meses de 2020 (8% acima do obtido no mesmo período do ano anterior), resultado obtido com a ajuda da desvalorização do real frente ao dólar, de quase 16%, que contribuiu para tornar o preço final dos produtos brasileiros mais competitivos em relação ao mercado internacional (SILVA e JULIO, 2021).

3.2.2 Resultados no período da Covid-19

Silva e Julho (2021) destacam que em 2019 o PIB Brasileiro foi de cerca de R\$ 7,3 trilhões (IBGE, 2020), dos quais 21,4% são oriundos das atividades do agronegócio. A exportação de produtos básicos teve alta de 17,2% de 2017 para 2018 somando US\$ 118,9 bilhões (AGÊNCIA BRASIL, 2019), e, além disso, cerca de 18 milhões de pessoas foram empregadas no ano de 2019 no setor, conforme dados do Cepea/USP do ano de 2020. Ainda conforme o Cepea/USP, o PIB do agronegócio de 2020 obteve alta em todos os setores que o compõe (insumos, primário, agroindústria e agrosserviços). Mesmo o setor de agroindústria, que foi o que mais sofreu com a pandemia por conta das medidas de contenção do vírus da Covid-19, também obteve alta em seu PIB, representando 8,72% do setor.

Ainda conforme Silva e Julio (2021), a pandemia causou grande desestabilização da economia em escala mundial, que afetou também os preços das *commodities*, cuja alta desfavoreceu os comerciantes locais, ao mesmo tempo em que a desvalorização do real favoreceu os agroexportadores, com um aumento de 23% no embarque de alimentos registrado de janeiro a abril de 2020 quando comparados ao mesmo período no ano anterior.

3.2.1.1 O cenário em 2020 e 2021

O primeiro semestre de 2020 registrou alta de 1,9% no setor do agronegócio em relação a 2019, que expandiu suas negociações inclusive para novos mercados, como o Egito e a Indonésia. As exportações totais superaram as expectativas no primeiro quadrimestre de 2020, tendo o setor exportado cerca de US\$ 31,40 bilhões, com recorde mensal no mês de abril, de US\$ 10 milhões. Comparando com 2019, o crescimento das exportações no setor no primeiro quadrimestre do ano foi de 25%, encabeçado por produtos como soja, farelo de soja, carne de boi, carne suína e algodão (SILVA e JULIO, 2021).

Tabela 1 – Resultados da balança comercial do Agronegócio em 2020 e 2021

Resultados	2020	2021	Crescimento
Exportações	US\$ 100,81	US\$ 120,5	18%
Importações	US\$ 13,05	US\$ 15,5	18,77%
Superávit	US\$ 87,76	US\$ 105,1	19,75%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2023).

O superávit da balança comercial brasileira em 2020 foi de US\$ 50,9 bilhões, tendo como líder de exportações o setor agrícola. No agronegócio, conforme dados da Tabela 1, o total de exportações foi de US\$ 100,81 bilhões, o que representou 48% das exportações brasileiras em 2020. Considerando a queda nas importações de 5,2% em relação a 2019, o resultado da balança comercial do setor foi um saldo superavitário de US\$ 87,76 bilhões.

Em 2021, a balança comercial brasileira teve grande superávit, de cerca de US\$ 61,2 bilhões, com acréscimo de US\$ 10,8 bilhões em relação ao ano anterior, sendo esse o maior superávit de sua série histórica (FGV, 2022). Em relação ao setor agropecuário, as exportações atingiram o valor de US\$ 120,5 bilhões, recorde do setor (BRASIL, 2022). Ainda de acordo com a FGV, este resultado é composto em sua maioria pelo comércio das *commodities*, que representam 67,7% das exportações totais. As vendas desses produtos, em valor, aumentaram 37,3%, com variação positiva de preços de 38,9%. Em relação ao volume comercializado, houve recuo de 1,8%, o que foi mais que compensado pelas variações nos preços.

A Tabela 2 apresenta os principais produtos que se destacaram nas exportações do agronegócio em 2020 e 2021:

Tabela 2 – Produtos mais exportados pelo Agronegócio em 2020 e 2021 em US\$ bilhões

Resultados	2020	2021	Crescimento
Soja em grãos	US\$ 28,6	US\$ 38,63	35,20%
Carne bovina	US\$ 7,44	US\$ 9,20	8,50%
Carne de frango	US\$ 5,73	US\$ 7,49	25,00%
Açúcar	US\$ 8,74	US\$ 9,18	5,00%
Celulose	US\$ 6,00	US\$ 6,73	12,4%
Farelo de soja	US\$ 5,92	US\$ 7,73	24,7%
Café verde	US\$ 4,97	US\$ 5,80	16,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2022).

Em 2020, o principal produto exportado pelo agronegócio brasileiro foi a soja em grãos, com 28,3% de participação nas exportações totais do setor, atingindo US\$ 28,6 bilhões, o que representa um aumento de 9,6% quando comparado a 2019. Na sequência, os produtos mais exportados ao longo de 2020 foram a carne bovina *in natura* (US\$ 7,44 bilhões), o açúcar (US\$ 8,74 bilhões), a celulose (US\$ 6 bilhões) e o farelo de soja (US\$ 5,92 bilhões) (CNA, 2021).

Em 2021, o complexo da soja continuou sendo o maior segmento do agronegócio em valor exportado, e foi impactado pela alta dos preços médios de exportações (aumento de 31,2%), com a soja em grãos seguindo como principal produto exportado, atingindo valores recordes de US\$ 38,63 bilhões. Na sequência, novamente a carne bovina se destacou no setor de carnes (segundo maior segmento do agronegócio), atingindo US\$ 9,2 bilhões. Os outros produtos mais exportados foram o açúcar (US\$ 9,18 bilhões), a carne de frango (US\$ 7,49 bilhões), o farelo de soja (US\$ 7,37 bilhões), a celulose (US\$ 6,73 bilhões) e o café verde (US\$ 5,80 bilhões) (BRASIL, 2022).

Juntamente a estes resultados muito acima do que se esperava para o período da pandemia, registrou-se alta significativa nos preços dos alimentos no país, trazendo a preocupação com um possível desabastecimento. A inflação de alimentos no período de janeiro a agosto de 2020 acumulou alta de 4,9%, segundo dados do IBGE (2020). Nesse cenário, alimentos importantes na dieta das famílias brasileiras apresentaram alta em seus preços, tais como feijão, leite, arroz, óleo de soja e frutas (VALADARES *et al.*, 2021).

Apesar da alta incerteza e da recessão global, causadas pelo advento do novo Coronavírus, o agronegócio não deixou a desejar em termos de crescimento e

de volume de exportação. Em contrapartida, a pandemia colocou em evidência problemas que já causavam preocupação, tais como o crescente desemprego e informalidade, o baixo crescimento e os graves conflitos fiscais. As medidas de contenção do Coronavírus causaram efeitos tanto na oferta quanto na demanda dos diferentes setores da economia, alterando os padrões de consumo das famílias, desacelerando a geração de emprego e renda e colocando em risco o desenvolvimento de diversas cadeias produtivas (NEPOMOCENO, 2021).

No campo, destaca Nepomoceno (2021), a pandemia trouxe novas relações no espaço rural, que agravaram a pobreza e a vulnerabilidade social, numa população que, conforme Valadares *et al.* (2021), já vinha sendo cada vez menos assistida pelo poder público em anos anteriores à pandemia. Muitas famílias tiveram a sua produção afetada por conta das medidas tomadas contra a proliferação do Coronavírus, que trouxe dificuldades com o transporte, o armazenamento e a comercialização da produção devido ao fechamento dos mercados, das feiras livres, das escolas, e da indisponibilidade de insumo, somados à dificuldade de acesso ao crédito rural.

Diante desse contexto, com o temor do desabastecimento alimentar e visando assegurar a oferta de alimentos no contexto da pandemia, o governo federal enfim reativou algumas políticas públicas com vistas a proteger os pequenos produtores, dadas a pressão popular exercida pelos movimentos sociais ligados à SAN. Dentre estas medidas, destacaram-se a proposta de que os alimentos fornecidos por agricultores às escolas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fossem entregues às famílias de estudantes carentes inscritos no Cadastro Único, a transferência direta de recursos oriundos do PNAE a estas famílias, além da criação de mercados para comercializar os produtos da agricultura familiar em comunidades carentes (VALADARES *et al.*, 2021).

Ainda conforme o estudo de Valadares *et al.* (2021), apesar dos esforços destas diferentes entidades para a proposição de programas capazes de amenizar os efeitos da pandemia na agricultura familiar, uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), realizada entre agosto e setembro de 2020, apontou que houve uma descontinuidade parcial das políticas envolvendo o PNAE, com expressiva redução, por exemplo, das compras de alimentos por parte do governo, causando perda de rendimentos aos agricultores familiares com as políticas de isolamento social que resultaram no fechamento das escolas.

Nesse contexto de desarticulação de políticas públicas com vistas a garantir a segurança e soberania alimentar e nutricional, as declarações do ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, primeiramente em 2019², e novamente em 2022³, na tentativa de esconder a dura realidade que se apresenta em relação à IA no país, revelam o descaso que tem sido praticado nos últimos anos por parte dos dirigentes em relação ao tema. Apesar de todo o esforço de entidades e dos movimentos sociais em trazer a questão novamente à pauta governamental, parece haver forte aversão da classe política em exercício do poder em tratar dessa questão. Porém, com a já concretizada eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022 e considerando todo o histórico de avanços sociais em seus mandatos anteriores, espera-se que o novo governo abandone a passividade adotada nos últimos anos em relação às demandas sociais mais urgentes.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS DO CAPÍTULO

Como apontado nos itens anteriores do capítulo, é possível perceber que os produtos-chave do agronegócio não são necessariamente os mesmos consumidos pelos brasileiros. Tendo o complexo soja como seu principal expoente, a produção do agronegócio se volta muito mais ao abastecimento dos insumos de outras indústrias, direcionando-os principalmente ao mercado estrangeiro. Os alimentos que a população brasileira efetivamente consome advém dos pequenos produtores, especialmente aqueles em regime familiar, que além de produzirem os alimentos para seu próprio consumo, podem vender o excedente desta produção como forma de garantir sua renda. É evidente que uma produção familiar preocupada com sua própria alimentação será mais capaz de fornecer à população os alimentos dos quais ela precisa para se nutrir corretamente. Portanto, é necessário repensar a questão da SAN tendo em vista as populações menos favorecidas, desconstruindo a visão imposta pelo agronegócio de que a agricultura familiar e camponesa é “uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra” (SAUER, 2008).

As declarações de Jair Bolsonaro a respeito da IA no país refletem o posicionamento majoritariamente defendido pela classe política brasileira desde

² Em julho de 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro fez uma declaração ao jornal espanhol *El País* na qual disse que “falar que se passar fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista”.

³ Novamente em 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro declarou em entrevista ao programa “Ironberg Podcast” que não há fome no Brasil: “Fome no Brasil, fome pra valer, não existe como é falado”.

2016, que culminou no abandono de diversas políticas sociais reconhecidamente importantes e efetivas para o enfrentamento da questão. Apesar disso, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 para um terceiro mandato na presidência da república resgata a expectativa de retomada das discussões acerca do problema e de que serão elaboradas novas frentes de atuação com vistas a recuperar os resultados alcançados em seus mandatos anteriores.

4 CONCLUSÕES

Apesar de o imaginário do senso comum defender a importância do agronegócio na promoção da SAN no Brasil, o presente trabalho reuniu uma série de dados que possibilitam averiguar que esta narrativa não se sustenta na prática. Ainda que possua a maior parte das áreas cultiváveis, e que sua produção seja tamanha a ponto de possibilitar a quebra de recordes na balança comercial durante o período da pandemia da Covid-19, o que se observa no país, especialmente a partir de 2020, é a queda no acesso aos alimentos pela população brasileira, que muitas vezes não consegue suprir suas necessidades energéticas e nutricionais.

Conforme analisado nos capítulos anteriores, o agronegócio não direciona grande parte de sua produção diretamente ao consumo humano, produz poucos empregos e lucra com a alta dos preços das *commodities* agrícolas, fato corroborado pela invasão do capital especulativo em suas estruturas, materializada na financeirização das *commodities*. Esse processo cria incertezas quanto aos preços futuros destas mercadorias, essenciais à vida humana, aumentando a volatilidade de seu comportamento e causando o aumento dos preços desses ativos. O domínio do capital especulativo e da lógica capitalista de busca pela maximização do lucro dificulta sobremaneira o acesso de camadas populares a uma alimentação condigna.

Em contrapartida, o papel da agricultura familiar se destaca como possível promotor da SAN, tendo em vista sua maior proximidade com o consumidor final no sentido de compreender e atender às necessidades alimentares da população. É necessário que essa modalidade agrícola seja reconhecida por sua importância, através não apenas de uma mudança na forma de olhar a propriedade agrícola familiar como uma unidade produtiva com grande potencial, como também no sentido de promover ações que gerem maior segurança a estas famílias, tanto na garantia da posse efetiva de sua propriedade quanto em assegurar o escoamento de sua produção agrícola, tal como era feito através de programas governamentais de compra de alimentos, como o PNAE.

Além da estrutura excludente do setor agropecuário no Brasil, os acontecimentos recentes do mandato de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2022, formando um governo pouco comprometido com as dificuldades sociais de seu país, e da crise econômica agravada pela pandemia trouxeram à tona uma série de

problemas que vinham se agravando pelo menos desde 2016 com a recessão econômica que afetou a economia brasileira em 2015. A descontinuidade de políticas de combate à fome, as mesmas que permitiram que o país deixasse o Mapa da Fome da ONU em 2014, a recessão econômica, e a partir de 2020, a crise da Covid-19, escancararam o retrocesso que o Brasil sofreu na questão de sua soberania alimentar.

Apesar dos dados alarmantes, é importante lembrar que o país já foi grande palco de políticas públicas efetivas voltadas ao combate à fome, tendo sido exemplo mundial nesta luta. A discussão que se fez ao longo do final do século XX, e também no início do século XXI, permitiu a implementação de um bem elaborado programa de governo, o Programa Fome Zero, que teve grande êxito e trouxe importantes avanços na redução da IA, êxito esse comprovado pelo grande marco que foi a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para um terceiro mandato à frente da presidência da república após as eleições de outubro de 2022, é possível criar maiores expectativas a respeito dos debates acerca do combate à fome no país, e esperar que medidas efetivas sejam tomadas para o enfrentamento da questão. Nesse sentido, estudos futuros poderão se debruçar sobre o que será feito em termos de políticas públicas e da concretização de seus resultados no longo prazo, comparando a grave situação atual com o que poderá ser conquistado alguns anos à frente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Julia. **O que são commodities e quais são os tipos**. São Paulo: Serasa, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/blog/commodities/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ADAMI, Andréia Cristina de Oliveira. **Apesar da pandemia, volume e faturamento com exportações do agro em 2020 são recordes**. São Paulo: Cepea – Esalq/USP, 2021. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Export_2020.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

Agência Brasil. **Balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 58,3 bi em 2018**. Brasília: Agência Brasil, 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/balanca-comercial-brasileira-teve-superavit-de-us-583-bi-em-2018>>. Acesso em: 4 nov. 2022.

ARACRI, Luís A. dos Santos. **Desconstruindo a narrativa da SECOM em seu post do Dia do Agricultor: o crescimento da insegurança alimentar no Brasil frente aos ganhos do agronegócio durante a pandemia da Covid-19**. Em: Revista Espacios, Vol. 42, n. 19. Caracas, DECITEC, 2021, p. 43-19. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a21v42n19/a21v42n19p04.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

AVELINO, Daniel; REIS, Vitor. **Extinção do Consea**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BELIK, Walter. **A política brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados**. Em: Segurança Alimentar e Nutricional, v. 19, n. 2. Campinas, 2012. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_%C6%92_13.10.2020.pdf>. Acesso em: 20. out. 2022.

BELIK, Walter. **Estudo sobre a cadeia do alimento**. Rio de Janeiro: Instituto Ibirapitanga, 2020. Disponível em: <https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_%C6%92_13.10.2020.pdf>. Acesso em: 20. out. 2022.

BRAINER, Maria S. C. P. **Produção de Hortaliças na Área de Atuação do BNB**. Em: Caderno Setorial ETENE, ano 6, n. 180. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/902/1/2021_CDS_180.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROESTAT - Estatísticas de comércio exterior do Agronegócio brasileiro**. Brasília: MAPA, 2022. Disponível em: <<https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balança comercial do agronegócio – dezembro/2021**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-batem-recorde-em-dezembro-e-no-ano-de-2021/NotaImprensaBalanaComercial12_2021.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

BUENO, Sinara. **Balança Comercial de 2020**. [s.l]: FazComex, 2021. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/comex/balanca-comercial-de-2020/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil. **Balança Comercial do Agronegócio Brasileiro 2020**. Brasília: CNA, 2021. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/Balanca-Comercial_jan-dez-2020.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

Dedecca, Claudio S. **A queda da desigualdade de renda corrente e a participação do 1% de domicílios de maior renda, 2000-2010**. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572014000200005>>. Acesso em: 20 out. 2022.

de PAULA, Nilson Maciel, Faria Santos, Valéria, Silva, Wellington Pereira. **A financeirização das *commodities* agrícolas e o sistema agroalimentar**. Em: Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 23, núm. 2, Rio de Janeiro, 2015, p. 294-314 Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964680003>>. Acesso em 12 jun. 2022.

EPSTEIN, Gerald. **Financialization, rentier interests and Central Bank policy**. Amherst: University of Massachusetts, 2001. Disponível em: <https://peri.umass.edu/fileadmin/pdf/financial/fin_Epstein.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

FONSECA, Ana; MONTEIRO, Iraneth. **Direito à renda no contexto do Fome Zero e a experiência de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil**. In: BRASIL. Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: MDS, 2010. v. 2. Disponível em: <<https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Fome-Zero-uma-Historia-Brasileira-v2-1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

GARCIA, Bruno Hashimoto. **Verificação e mensuração da “financeirização” no mercado de *commodities***. São Paulo: Insper, 2017. Disponível em: <http://www.repositorioinsper.cloud/bitstream/11224/2258/3/Bruno%20Hashimoto%20Garcia_Trabalho.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

Instituto Brasileiro de Economia - IBRE. **Indicador de Comércio Exterior - ICOMEX**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2022. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2022-01/icomex_fgv_press-release_janeiro2022_0.pdf>. Acesso em: 12. nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf>. Acesso em 04. out. 2022.

Instituto Brasileiro de Economia – IBRE. **Balança comercial 2020 e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2021. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/noticias/icomex-balanca-comercial-2020-e-perspectivas>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

IICA-Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia Covid-19 en América Latina y el Caribe**. San José: IICA, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/11226/BVE20087864e.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

JÍMENEZ, Carla. **Bolsonaro: "Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista"**. Brasília: El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KAUFMAN, Frederik. **The food bubble: How Wall Street starved millions and got away with it**. Em: Harper's Magazine, Nova York, 2010, p. 27-34. Disponível em: <<https://frederickkaufman.typepad.com/files/the-food-bubble-pdf.pdf>>. Acesso em 4 set. 2022.

LOCATEL, Celso D.; LIMA, Fernanda L. S. de. **Agronegócio e poder político: políticas agrícolas e o exercício do poder no Brasil**. Em: Sociedade e Território, v. 28, n. 2. [S.l.], 2017, p. 57–81. Disponível em: <<https://doi.org/10.21680/2177-8396.2016v28n2ID11583>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MALUF, Renato S.; SPERANZA, Juliana. **Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/FatoresDeterminRepercSAN_2013.pdf>. Acesso em 5 de set. 2022.

MICHELOTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. **A financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra**. Em: Semestre Econômico, Vol. 22, n. 50. Medellín: Universidad de Medellín, 2019, p. 87-106. Disponível em: <<https://revistas.udem.edu.co/index.php/economico/article/view/2947/2726>>. Acesso em 10 nov. 2022.

MURAKAWA, Fábio. **Bolsonaro diz que "não existe fome pra valer" no Brasil.** São Paulo: Valor Investe, 2022. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/08/26/bolsonaro-diz-que-nao-existe-fome-para-valer-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NASCIMENTO, Luciano. **Balança comercial do agronegócio soma US\$ 100,81 bilhões em 2020.** Brasília: Agência Brasil, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/balanca-comercial-do-agronegocio-soma-us-10081-bilhoes-em-2020>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

NEPOMOCENO, Taiane A. R. **Efeitos da pandemia de Covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil.** Em: Boletim de Conjuntura (BOCA). v. 7, n. 21. Boa Vista: Boletim de Conjuntura, p. 86–96, DOI: 10.5281/zenodo.5399498. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/461>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael; SEGALL-CORRÊA, Ana M. **Food insecurity measurement and indicators.** Revista de Nutrição, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, v. 21, p. 15-26, jul./ ago. 2008. Suplemento. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/mfgJyKLC9HP7nXLRX5fH3Fh/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PIERRE, Jean; BONOMO, Élido. **A extinção do Consea Nacional e seu impacto nos conselhos estaduais e municipais.** São Paulo: Le Diplomatique Brasil, 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-extincao-do-consea-nacional-e-seu-impacto-nos-conselhos-estaduais-e-municipais/>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **I Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RODRIGUES, Renata M. et. al. **Evolução dos alimentos mais consumidos no Brasil entre 2008-2009 e 2017-2018.** Em: Revista de Saúde Pública, 55, supl 1 :4s. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003406>>. Acesso em 10 nov. 2022.

RUBIO, Blanca A. V. **El dominio del Hambre: crises de hegemonia y alimentos.** Univ. Aut. Chapingo – Colegio de Postgraduados / Univ. Aut. de Zacatenas. México: Juan Pablos Editor, 2015.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/840>>. Acesso em 10 dez. 2022.

SILVA, Bruna C. N.; JULIO, Natália O. P. **O Covid-19 e as exportações do agronegócio brasileiro no período pandêmico**. Taubaté: Unitau, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5119>>. Acesso em: 04 out. 2022.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

TEIXEIRA, Gerson. **O Censo Agrupecuário 2017**. Em: Revista Necat, v. 8, n. 16. Florianópolis: Necat, 2019. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4314/3244>>. Acesso em: 05 out. 2022.

VALADARES, Alexandre A. *et al.* **Desenvolvimento rural: políticas sociais**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10811/1/BPS_28_desenvolvimento_rural.pdf>. Acesso em 10 nov. 2022.